

MULHERES SERGIPANAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: EDUCAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL

*Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas**

Resumo: Este estudo tem como objetivo principal compreender o significado da educação feminina em Sergipe, nas primeiras décadas do século XX, através de três movimentos principais: a análise das possibilidades de escolarização; o estudo do processo de inserção social e de visibilidade pública mediada pela imprensa e a interpretação das trajetórias de algumas mulheres, que marcaram o cenário sergipano no período. O desafio de uma abordagem sócio-histórica, para analisar a problemática da educação feminina, é assumido na perspectiva de buscar relações entre o que aparece nos discursos e propostas oficiais, o que é noticiado pela imprensa, e o que foi construído por um grupo privilegiado de mulheres sergipanas.

Palavras-chave: educação feminina; história da educação; inserção social

APRESENTAÇÃO

Este estudo tem como objetivo principal compreender o significado da educação feminina em Sergipe, nas primeiras décadas do século XX, através de três movimentos principais: a análise das possibilidades de escolarização; o estudo do processo de inserção social e de visibilidade pública mediada pela imprensa e a interpretação das trajetórias de algumas mulheres que marcaram o cenário sergipano no período. O desafio de uma abordagem sócio-histórica para analisar a problemática da educação feminina, é assumido na perspectiva de buscar relações entre o que aparece nos discursos e propostas oficiais, o que é noticiado pela imprensa, e o que foi construído por um grupo privilegiado de mulheres sergipanas.

Entre as possibilidades de escolarização de meninas e jovens, destacam-se as instituições particulares de ensino (laicas, católicas e protestantes) e os estabele-

* Professora Assistente do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, Doutoranda na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – sob a orientação da Profa. Dra. Zeila de Brito Fabri Demartini. E-mail: anagbueno@uol.com.br Endereço: Av. Gonçalo R. Leite, 1960 – Cond. Alfaville I – edf. Alfa, apt. 404. Aracaju- SE – 49050-370. Telefone: 79- 224-9593

cimentos de ensino público, principalmente a Escola Normal e o Colégio Atheneu Sergipense. No final do século XIX, a visibilidade feminina na imprensa é pouco expressiva, no entanto, na primeira década do século XX, os registros de festas escolares, as associações culturais e educacionais, as campanhas em prol da alfabetização, a presença de artigos de autoria feminina, entre outros, permitem acompanhar a atuação de professoras e intelectuais no espaço público.

No início da década de 30, a criação da Revista Renovação, publicação cultural-literária, editada e mantida pela Dra. Maria Rita Soares de Andrade, primeira advogada de Sergipe e a eleição da primeira deputada estadual professora Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, indicam uma certa ampliação da atuação feminina nos espaços públicos, em Sergipe.

A ESCOLARIZAÇÃO FEMININA, NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX

As aulas públicas de primeiras letras abertas para meninas surgiram em Sergipe em 1831, nas cidades de São Cristovão, Estância, Laranjeiras e Propriá. Em 1834, funcionavam 29 escolas de primeiras letras, 25 eram masculinas e as quatro femininas criadas inicialmente se mantinham. No tocante ao ensino secundário, funcionavam neste mesmo ano, 12 cadeiras públicas que atendiam apenas os alunos homens (Nunes, 1984, p. 47).

Apesar de cada Província possuir autonomia para legislar sobre as questões educacionais, regulamentando e promovendo o ensino primário e secundário, desde 1834, em muitos casos encontramos exigências semelhantes para o acesso às Escolas Normais. Os primeiros decretos de criação das Escolas Normais remontam às décadas de 30 e 40 do século XIX, em diversas localidades do país: Minas Gerais (1835), Rio de Janeiro – Niterói (1835), Bahia (1836), Ceará (1845), São Paulo (1846). Na maioria dos regulamentos destas instituições, para serem alunos(as) “as exigências recaíam muito mais nas condições morais dos indivíduos do que em sua própria formação intelectual” (Villela, 2000, p. 104-106).

Em outras regiões, só nas últimas décadas do século XIX, é que serão inauguradas as Escolas Normais, como no caso de Sergipe (1870) e de Goiás (1882). A maioria dessas instituições só recebia alunos do sexo masculino quando começaram a funcionar e o acesso das alunas aconteceria de forma diferenciada em cada uma das províncias. Em algumas eram criadas Escolas Normais femininas, como em Sergipe (1877) e em Minas Gerais (1906), ou eram abertas vagas para elas nas escolas já existentes, como aconteceu em São Paulo, na Escola Normal da Praça, a partir de 1880 (Freitas, 1995, p. 24).

A Escola Normal, em Aracaju, passou a funcionar em prédio próprio em 1911, próximo à catedral, no centro de Aracaju; na metade da década de 50 a instituição foi transferida para um outro prédio, localizado na periferia na cidade. A possibilidade de realizar o curso normal, era para as jovens sergipanas no final do século XIX e no início do século XX, uma das únicas oportunidades de continua-

rem estudando, e se prepararem para exercer uma atividade profissional fora do ambiente doméstico, uma vez que o magistério era socialmente aceito e entendido como prolongamento dos papéis femininos exercidos no lar.

O Colégio Atheneu Sergipense, primeiro estabelecimento de ensino secundário de Sergipe, que congregava diversas cadeiras de ensino secundário, criado a partir de 1870, inicialmente funcionou como estabelecimento de ensino masculino e aos poucos foi aceitando alunas. A partir do Decreto baixado em 14 de março de 1890, que reformou a instrução pública no Estado, a Escola Normal e o Atheneu passam a ser mistos, e respondem pelo ensino secundário no estado de Sergipe inteiro, uma vez que foram suprimidas, por medidas de economia, as cadeiras de ensino secundário existentes em outras cidades, como Laranjeiras e Estância.¹

No Brasil e em Sergipe, os colégios secundários de orientação laica ou confessional, fundados e mantidos por particulares, tiveram papel relevante nas últimas décadas do Império. Sem estarem sujeitos, em sua maioria, a qualquer inspeção governamental, esses estabelecimentos, estimulados pela concorrência, formavam a vanguarda do pensamento educacional, pela adoção de modernas técnicas de ensino, pelo impulso dado ao estudo da ciência e pela ênfase emprestada às línguas modernas.²

Encaminhadas para os colégios de ensino secundários particulares como alunas internas ou semi-internas, a fim de ampliarem seus estudos, as jovens recebiam um programa diferenciado, uma vez que estas instituições, como afirma Ribeiro (1996, p.164), não viam a necessidade de prepará-las para os cursos superiores, em geral, ainda considerados impróprios para as mulheres, no final do Império e organizavam seus currículos de forma a atender o desenvolvimento de habilidades e atitudes femininas.

Em 1860, existiam em Sergipe 66 escolas públicas de primeiras letras, 23 femininas e 43 masculinas, que atendiam a um total de 2.636 alunos. As escolas particulares de primeiras letras eram 10, apenas uma feminina, e estas atendiam a 423 alunos. Em 1870, se encontram em funcionamento no Brasil 2602 escolas públicas de primeiras letras, enquanto que em Sergipe eram 100, sendo 69 masculinas e 31 femininas (Nunes, 1984, p.106).

Apesar do crescimento do número de escolas femininas ao longo das últimas décadas do Império, mesmo da implantação de escolas mistas, era muito frequente nos discursos oficiais deste período que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou seja, a ênfase da escolarização deveria recair mais sobre a formação moral e a constituição do caráter, do que sobre o acesso aos conteúdos instrutivos formais (Louro, 1997, p. 446). Afinal, o destino socialmente construído para as mulheres, como boas esposas e mães exemplares, exigia nada mais que uma moral sólida e bons princípios.

¹ Conferir nota da Gazeta de Sergipe, 15 de março de 1890. Ano I, n.62, p.2. col.3.

² Sobre este aspecto conferir os estudos realizados por Lopes (1997) e por Ribeiro (1996).

No ano da Proclamação da República, Sergipe já contava com 172 escolas de primeiras letras, sendo 78 masculinas, 20 femininas e 74 mistas; em relação ao número de alunos atendidos, percebe-se que a presença das alunas já corresponde quase à metade do total dos alunos atendidos, elas eram 2.550, os meninos eram 2.569, totalizando 5.119 matriculados (Nunes, 1984, p. 158).

Apesar da co-educação ser condenada durante toda a Primeira República por muitos educadores e legisladores, geralmente baseados em argumentos morais, tendo em vista os riscos de aproximação entre os sexos, esta medida acaba sendo adotada muito mais por questões econômicas e em escolas localizadas em municípios distantes da capital e dos centros urbanos mais importantes. No entanto, a medida além de ampliar o acesso das meninas à educação pública, permite maior espaço para o exercício do magistério às professoras. Através do estudo do jornal “Gazeta de Sergipe” (1890), não foi noticiada nenhuma escola mista na cidade de Aracaju, no entanto, a movimentação de criação e supressão de cadeiras de ensino misto, em outras localidades, pode ser acompanhada quase que semanalmente ao longo do periódico analisado.

No caso do Piauí e de Sergipe, como em outras províncias, a co-educação, nas cadeiras do ensino primário, como medida de economia, foi um fator preponderante para a opção pelas professoras e conseqüente “expulsão dos homens dessa ocupação”, tendo como fundamento “a construção do ideal de professora como um misto de mãe afetuosa e moralizadora oficial, além também, de que com elas poderia se rebaixar ainda mais os salários da profissão” (Lopes, 1999, p. 100).

O início da República aponta para a necessidade da educação da mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família e à formação dos futuros cidadãos. A ênfase na escolarização feminina vinculava-se à função social de educadoras dos filhos.

O acesso ao ensino superior pelas mulheres será regulamentado pelo Código de Ensino Eptácio Pessoa (1901), que determinou a existência de lugares separados e específicos para elas nas salas de aula (Campos, 1991, p. 107). Algumas mulheres brasileiras, ainda no Império, fizeram o curso superior a partir de licenças especiais, e geralmente eram acompanhadas nas aulas por uma pessoa da família, ou procuraram instituições no exterior, principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

Nos cursos normais já existentes e em cursos femininos específicos recém-criados, novas disciplinas foram incluídas nos currículos, tais como: puericultura, psicologia e economia doméstica. Representavam ao mesmo tempo a introdução de novos conceitos científicos (inspirados principalmente no positivismo e no liberalismo) justificados por velhas concepções relativas à essência do que se entendia como educação feminina.³

Nas primeiras décadas da República, apesar dos discursos liberais difundidos pelo Estado, o sistema educacional é permeado por alterações pouco significa-

³ Cf. Louro (1997, p. 448)

tivas, uma vez que a grande parte da população não é atendida, nem mesmo nas escolas públicas, e os índices de analfabetismo são alarmantes.⁴ No entanto, altera-se aos poucos o significado que as instituições escolares passam a ter diante das contradições e ambigüidades entre os valores do avanço do capitalismo e do início da modernização social e econômica, e os valores mais tradicionais, vinculados à sociedade aristocrática, oligárquica e patriarcal.

As reformas educacionais implementadas pelo Governo Central e em cada um dos Estados nas primeiras décadas da República,⁵ muitas vezes se sobrepõem e são fundamentadas em influências do pensamento pedagógico europeu e norte-americano, principalmente aquelas relacionadas ao ensino ativo e às dimensões psicológicas e sociológicas do processo educativo. Campanhas e iniciativas filantrópicas são desenvolvidas em prol da alfabetização de homens e mulheres em todo o território nacional.

Além das “reformas descontínuas”, Ferro (1996) destaca uma outra característica da escolarização na Primeira República, presente no Piauí, que também configura o campo educacional sergipano: “o ensino público e a iniciativa privada se mesclaram de forma interessante e, na República, o formal e o informal continuaram coexistindo e se completando de modo bastante peculiar” (Ferro, 1996, p. 123).

Durante as décadas de 10 e 20, assiste-se a um aumento da matrícula nas instituições do ensino primário e normal, o ensino secundário acaba sendo centralizado na capital, em Aracaju, tendo como instituição-modelo o Atheneu Sergipense – equiparado ao Ginásio Nacional em 1908. A partir do final da primeira década da República, muitas escolas particulares passam a oferecer também o ensino secundário.

O ensino profissionalizante se firmou nestas duas primeiras décadas através da “Escola de Aprendizes e Artífices” (1910), da “Escola de Comércio Conselheiro Orlando” (1923), do “Liceu Profissional Coelho e Campos” (1923) e do “Instituto de Química Industrial” (1926), localizados em Aracaju e que aos poucos passam a receber também alunas. Várias foram as tentativas de implantação do ensino superior neste período, em Sergipe, no entanto, todas foram muito efêmeras, como por exemplo, a Faculdade de Direito inaugurada de forma solene e festiva em 1925, não obteve a equiparação e acabou por não vingar; a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1926) que receberia alunos de ambos os sexos, também durou apenas um ano.⁶ Apenas da década de 40, é que as primeiras faculdades serão implantadas de forma isolada, sendo posteriormente aglutinadas para instituir a Universidade Federal de Sergipe, em 1968.

⁴ Cf. Nunes (1984, p. 232), a percentagem de analfabetos em Sergipe, em anos diversos, é apresentada da seguinte forma: em 1872 – 66,4% da população; em 1890 – 67,2% da população; em 1900 – 58,2% da população e em 1920 – 60,1% da população. No caso do Brasil, são apresentados os seguintes índices: 1890 – 85% de analfabetos; 1900 – 75% de analfabetos; 1920: 75% de analfabetos. (Ribeiro, 1982, p.78; apud Ferro: 1996, p.43)

⁵ Entre estas reformas pode-se citar a Reforma de Benjamin Constant (1890); em 1901, o Código Epiácio Pessoa; em 1911 a Reforma Rivadávia Correia; em 1915 a reforma implementada pela lei Carlos Maximiliano; em 1925, a Reforma Rocha Vaz (Cf. Ferro, 1996, p. 38-39; Ribeiro, 1982, entre outros autores)

⁶ Cf. Nunes (1984, p.251-253)

Em termos culturais, as primeiras décadas republicanas serão marcadas pelo incremento da Grande Imprensa em todo o Estado, um grande número de jornais diários e até mesmo de revistas literárias (em geral de curta duração) serão criados e terão circulação garantida. Dois cinemas estarão em funcionamento em Aracaju, “Carlos Gomes” e “Rio Branco”, que receberam também Companhias Teatrais para apresentação. Várias associações (educacionais, científicas, literárias) serão criadas com fins diversos, entre outras: Club Esperanto (1906); o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912), a Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1916); o Club Esportivo Feminino (1919), Hora Literária (1919) e a Academia Sergipana de Letras (1929).

A urbanização, assim como a implantação das indústrias têxteis e de grandes empresas comerciais, principalmente na capital, contribuiu para o fortalecimento das camadas médias no Estado. Aos poucos, a conjuntura nacional, com a inflação crescente, o sistema eleitoral precário e permeável a fraudes, as tentativas de se sobrepor às oligarquias instituídas – tanto em nível estadual como nacional, começa a permear de insatisfação a imprensa sergipana. De alguma forma, os tenentistas sergipanos que se subvertem em 1923 (Revolta 13 de julho) e em 1926 expressam uma parte deste descontentamento. A repressão ao primeiro levante faz prisioneiros não apenas os jovens oficiais, mas também um grupo de intelectuais e pessoas influentes na sociedade sergipana.⁷

O crescimento da população de Aracaju, na primeira República, além das questões econômicas e comerciais, como a instalação de duas grandes indústrias têxteis – a Fábrica Confiança e a Sergipe Industrial, podem ser explicados pela grande migração do interior para a capital, entre outros fatores, na década de 20. A modernização da cidade, a maior oferta de oportunidades de emprego e de escolaridade, aumentaram os atrativos para este processo migratório. Segundo Dantas (1999, p.48), em 1920 a população de Aracaju, era aproximadamente de 37.440 e em 1924, cresceu para 42.469 indivíduos.

O total de alunos matriculados no ensino primário em 1889, correspondia a menos de 2% da população, em 1930, o percentual de atendimento subiu para quase 3% da população. Apesar do crescimento da matrícula do Colégio Atheneu e na Escola Normal, e também o aumento do número de alunos concluintes do ensino primário na capital, os índices de crescimento, ainda apresentam a seletividade do sistema de ensino; apenas uma restrita parcela da população tinha acesso ao processo de escolarização oficial.

⁷ Dantas (1999), realiza um estudo minucioso do movimento tenentista em Sergipe, nos seus diversos momentos.

INSTITUIÇÕES ESCOLARES FEMININAS EM ARACAJU E EM OUTRAS CIDADES SERGIPANAS

A partir dos estudos elaborados por historiadores e educadores sergipanos,⁸ procuramos levantar e analisar informações privilegiadas sobre a escolarização feminina em Sergipe, em instituições públicas e particulares, tendo em vista o período da passagem do século XIX para o século XX, assim como utilizamos a imprensa sergipana, como fonte, principalmente os jornais “Gazeta de Sergipe” (1890) e “Correio de Aracaju” (1906-1908).

Não pretendemos aqui um estudo aprofundado de cada uma das instituições, tendo em vista que muitas delas são particulares e como aponta Ribeiro (1996, p. 10), durante muito tempo, “as leis protegeram a ausência de documentação pois, os estabelecimentos de ensino, fundados pela iniciativa privada, eram dispensados de enviarem relatórios sobre a situação dos mesmos.”

As representações sobre a educação e a escolarização feminina veiculadas nos jornais de Aracaju, no período estudado são muito significativas, em especial os anúncios e os registros minuciosos das festas escolares realizadas no final do ano letivo. Estes últimos informam não apenas a listagem nominal das alunas, como também o resultado do aproveitamento escolar, a composição da banca examinadora e os conteúdos ministrados durante o ano. Como uma “vitrine de talentos”, as jovens executam peças musicais e declamam poesias, além de apresentarem ao público os trabalhos manuais e as pinturas realizadas.

Em Calazans (1949/1951, p. 109-112) temos um registro significativo sobre o ensino primário feminino em Aracaju, de 1855 a 1871. Segundo o autor, “três cadeiras foram criadas e se mantiveram com real aproveitamento”. A primeira delas iniciou seu funcionamento em 1855, tendo como primeira professora Josefa Maria Trindade (esta cadeira foi visitada pelo Imperador), foi a única a receber meninas até 1868, quando foi criada a segunda cadeira provida pela Professora D. Ana Saturnina de Rezende Mundim. A terceira surgiu em 1870, ocupada pela Professora Francina da Glória Muniz Teles, segundo Calazans (1949/1951, p. 111) na tentativa de atender a procura pelas jovens, e foi provida através de concurso; as duas outras primeiras professoras tinham sido removidas, a primeira de Socorro e a segunda de Japaratuba.

Apenas sobre a primeira cadeira, encontramos maiores detalhes, como por exemplo, a evolução do quadro de matrícula: em 1857 – 13 alunas; em 1858 – 31 alunas; em 1860-62 alunas e em 1863⁹ – 69 alunas. Salienta também que a professora, além do conteúdo obrigatório do ensino primário, “preparava até monitoras

⁸ Além de dissertações de mestrado defendidas recentemente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe consultadas, como Vilas-Bôas (2000); foram também utilizados os estudos de Nunes (1984) e Calazans (1949/1951).

⁹ Segundo Calazans (1949/1951, p. 111) estavam matriculados em 1863 em Aracaju, em escolas públicas e particulares 218 alunos no ensino primário e 14 no secundário (apenas na cadeira de Latim).

para o magistério que saiam habilitadas em leitura, regência gramatical, escrita, doutrina e princípios de aritmética” (Calazans, 1949/1951, p. 110-111). Ressalta-se que em 1870 quando se fez a Reforma da Instrução Pública em Sergipe (esta reforma, entre outras modificações, cria o Colégio Atheneu Sergipense e a Escola Normal), eram estas apenas as três cadeiras citadas, de ensino primário publico, que estavam em funcionamento em Aracaju.

Josefa Maria Trindade e também a D. Possidonia Maria de Santa Cruz Bragança (fundadora do Colegio N. S. Sant’Anna em Laranjeiras, em 1848) são destacadas:

é justo ressaltar que a professora de Aracaju, como também a D. Possidonia Maria de Santa Cruz Bragança e algumas outras destacadas figuras do magistério feminino contribuem, relevantemente, para o levantamento do nível do preparo intelectual da mulher sergipana do século passado. (Calazans, 1949/1951, p. 110)

O Colégio Nossa Senhora Sant’Anna foi fundado por D. Possidonia Maria de Santa Cruz Bragança em Laranjeiras. Em 1899, ela passou a direção do Colégio a uma jovem auxiliar, Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, que no começo do século XX, o transferiu para Aracaju. O colégio funcionou em Aracaju até dezembro de 1941. (Nunes, 1984, p.204).

O Colégio Nossa Senhora de Lourdes, fundado em 1903 em Aracaju, pelas Irmãs Sacramentinas com sede em Valence (França), aceitava alunas internas, semi-internas e externas. Em 1923, através de terreno doado pelo Presidente do Estado Dr. Graccho Cardoso, o Colégio passou a possuir prédio próprio e funcionou até 1973, sendo responsável pela educação das jovens da elite de Sergipe.

Os Salesianos que chegaram em Sergipe, em 1902 fundaram em primeiro lugar a pedido do Presidente do Estado Monsenhor Olímpio Campos, uma Escola Agrícola Salesiana, denominada “Tebaida”, para “meninos desvalidos”. Em 1908 criaram o “Oratório Festivo Salesiano”, também para “atender meninos que perambulavam pela rua”, em 1909 foi fundado o Colégio Salesiano, que teve sede própria a partir de 1913 e inicialmente só recebia meninos mas depois passou a aceitar alunas. Dos Colégios citados, este é um dos poucos em funcionamento.¹⁰

O Colégio Tobias Barreto, fundado em Estância em 1909 pelo Prof. José de Alencar Cardoso, passou a funcionar em Aracaju, a partir de 1913, inicialmente apenas com clientela masculina. Sua característica marcante foi a militarização adotada, expressa nos uniformes dos alunos e na realização de “Tiro de Guerra”. Começou a ser freqüentado por meninas em 1920, funcionando até 1969, quando os seus prédios foram adquiridos pelo Estado. Atualmente, em uma parte das instalações reconstruídas funciona a Escola Estadual de Ensino Médio Tobias Barreto, e na outra parte a Academia Sergipana de Letras e a Aliança Francesa.¹¹

¹⁰ Maiores informações conferir Nunes (1984, p.204)

¹¹ Segundo Nunes (1984, p.234) em 1917, o Colégio Tobias Barreto tinha 140 alunos e o Colégio N. S. Sant’Anna 82 alunas.

A professora Norma Reis criou em 1920 um novo educandário feminino em Aracaju, que funcionará até 1935. A renomada diretora era também professora da Escola Normal.

Nas cidades do interior, as escolas confessionais também se fizeram presentes, neste período. O Colégio Nossa Senhora das Graças em Propriá (1915), criado pela Congregação das Irmãs Hospitaleiras da Imaculada Conceição, inicialmente com ensino primário, passou a ministrar depois o ensino normal, sendo equiparado à Escola Normal Rui Barbosa em 1932. Em 1929 surgiu em Capela, o Colégio Imaculada Conceição sob a responsabilidade da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, também voltado inicialmente para o ensino primário. O Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Aracaju e o Colégio Imaculada Conceição de Capela foram equiparados à Escola Normal, em 1936.

A primeira instituição educacional protestante foi fundada em Laranjeiras em 1886, denominada Escola Americana, era dirigida pelo Professor Manuel Nunes Motta, e oferecia curso primário e secundário para ambos os sexos além de internatos masculino e feminino. As aulas eram ministradas por professoras.¹²

A Escola Americana¹³ passou a ser dirigida pelo Reverendo Finley em 1892, em maio de 1895 contava com 45 alunos e internato para ambos os sexos, em 1898 começou a ser discutida a transferência da referida instituição para Aracaju. Em 1899, sob a direção do Reverendo Finley, a escola oferecia em Aracaju, um externato para ambos os sexos, e um internato para o sexo feminino, além do curso primário e intermediário. No ano seguinte a instituição contava com 50 alunos matriculados e dois professores, no entanto em 1904 o reverendo Finley foi transferido para a Bahia, os internatos foram fechados e a escola primária passou a ser dirigida por Anne Belle Mc Pherson. Em 1905, Anne Belle deixa Sergipe e a Escola Americana passa a ser dirigida por Jovina Moreira de Carvalho, normalista formada pela Escola Normal de São Paulo, oferecendo apenas o ensino primário com a ajuda de sua irmã Alcides Moreira, segundo as evidências levantadas por Vilas-Bôas (2000, p. 133), a escola passa a funcionar na residência da nova diretora. A partir de 1911, não se têm maiores informações sobre a instituição, sabe-se somente que a professora Jovina foi transferida em 1915 para a cidade de Prado na Bahia.

Além das aulas públicas masculinas, femininas e mistas, disseminadas em várias localidades do Estado, se fazem presentes nos jornais de Sergipe, a Escola Normal e o Atheneu Sergipense.¹⁴ Entre os estabelecimentos de ensino feminino particulares, que aparecem citados pelo Jornal "Gazeta de Sergipe" (1890), destaca-se:

¹² Cf. Vilas-Bôas (2000, p. 114-115)

¹³ Cf. Vilas-Bôas (2000, p. 118-133)

¹⁴ O Atheneu Sergipense não era propriamente um estabelecimento de ensino feminino, no seu ato de criação em 1870 (Regulamento do Presidente da Província de Sergipe de 24 de outubro de 1870) não existia proibição explícita para a frequência feminina, entretanto, até meados da primeira década da República ele era apenas frequentado por alunos homens. Segundo Nunes (1984, p.200) a primeira aluna a frequentar o Atheneu e concluir o Bacharelato, após 6 anos de curso, foi Sílvia de Oliveira Ribeiro em 1912.

“Collegio Inglez” dirigido por D. Anna Carroll, funcionando na cidade de Laranjeiras. Segundo o anúncio publicado em vários números da Gazeta de Sergipe, do mês de fevereiro, as matérias ensinadas são: Português, Inglês, Francês, Alemão, Geografia, História, Aritmetica, Desenho, Pintura, Bordados e todas as qualidades de flores artificiais. (*Gazeta de Sergipe*, Aracaju, 2 fev. 1890, v. 1, n. 27, p. 3, col.5 e n. subseqüentes)

No Jornal “Correio de Aracaju”, no período de 1906-1908, no tocante à escolarização feminina, os anúncios das escolas femininas particulares, dividem espaço com registros minuciosos das festas realizadas nestes estabelecimentos, sendo citados: “Collegio Bôa Esperança” (instituição de ensino feminino, dirigido por Mariana Braga); “Collegio Nossa Senhora de Lourdes” (internato e externato feminino, dirigido pela Irmã Thèophanes, da Congregação das Irmãs Sacramentinas); “Escola Americana” (ensino primário misto, dirigido por Jovina Moreira); “Collegio Santa Cruz – internato e externato” (ensino primário misto, dirigido por Maria Madalena de Santa Cruz e Santos); “Escola Primária de Sergipe” (ensino primário misto – dirigido por Alexandre José Teixeira e sua esposa); “Collegio Nossa Senhora Sant’ Anna (dirigido por Quintina Diniz); “Externato Zizi Góes” (ensino primário e secundário feminino - dirigido por Balthazarina Góes, com o auxílio de seu pai o Prof. Catedrático Balthazar Góes) todos estes localizados em Aracaju. e o “Internato Santa Cecília” (internato feminino, dirigido por Cecília Curvello) em Laranjeiras. No início de setembro de 1906¹⁵ há uma nota que informa a transferência do Externato Zizi Góes, para a cidade de São Cristovão, passando a funcionar como internato e externato para meninas, ministrando o ensino primário e secundário e denominando-se “Collegio Zizi Góes.”

No início do ano civil, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro, estas instituições publicam anúncios sobre o início das aulas, o preço das mensalidades, as disciplinas ministradas, a forma de organização do currículo e características gerais de funcionamento das escolas. No final do ano, encontram-se noticiadas as festas escolares que antecedem as férias, momento de realização dos exames públicos orais e escritos, sob a coordenação de uma banca examinadora, formada por educadores ilustres da cidade e autoridades governamentais e também espaço recreativo e sócio-cultural onde as alunas apresentam peças dramáticas e musicais e recitam poemas e textos literários. Além da exposição dos trabalhos manuais com grande variedade de estilos, trabalhos em tricô, crochet, pinturas, flores artificiais, bordados, tapeçaria, rendas, etc. O evento em geral, dura o dia inteiro e termina tarde da noite, segundo as notas publicadas pela imprensa. O nome completo das alunas, as notas alcançadas em cada um dos exames e as apresentações realizadas por cada uma são registradas nas páginas do “Correio de Aracaju”.

Os autores dos relatos sobre as festas escolares não aparecem identificados, seguem no entanto, a mesma estrutura no registro destes eventos, em diferentes insti-

¹⁵ Correio de Aracaju, 3 de setembro de 1908, ano III, n.187, p.2. col.5.

tuições, salientando sempre no final cada texto, a competência pedagógica e as virtudes das diretoras e do corpo docente. Os sobrenomes das alunas indicam o pertencimento às famílias privilegiadas, relacionadas à elite política, algumas ligadas a grandes empresas comerciais, outras que possuíam intelectuais renomados, outras eram filhas de pais que ocupavam cargos significativos na administração pública.

Em geral, os conteúdos curriculares trabalhados/avaliados, nas escolas particulares eram: Português, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Francês, e Trabalhos Manuais. A forma de avaliação aparece dividida em três graus: distinção e louvor, distinção, plenamente. Nas apresentações musicais, o piano, o violino e o bandolim estiveram presentes nos estabelecimentos de ensino, acompanharam poesias e textos literários; na seleção das peças musicais e dramáticas e dos poemas recitados observa-se uma preocupação na inclusão de autores e compositores franceses.

Muitas alunas depois que se formavam atuavam como professoras nos mesmos estabelecimentos de ensino e grande parte das professoras que atuavam no Colégio Sant'Anna e Boa Esperança trabalhavam também em escolas públicas, principalmente no Grupo Escolar Modelo (anexo à Escola Normal) e na Escola Normal.

Ressalta-se a existência de um significativo grupo de diretoras de escolas femininas em todo Estado, em um período em que a mulher, submetida ao pátrio poder, quando solteira, ou ao poder legal do marido como chefe da sociedade conjugal, necessitava de autorização para assinar contratos de trabalho, sendo considerada incapaz no tocante ao exercício dos direitos civis e políticos. Uma outra característica marcante era que estas escolas, quando não eram dirigidas e mantidas por organizações religiosas católicas ou protestantes, se configuravam em uma espécie de empresa familiar, onde outras pessoas da família, mãe, irmãs, tias e até mesmo o pai, assumem funções no estabelecimento de ensino.

As Mensagens Presidenciais do início do século XX, se detêm em sua maioria a relatar aspectos relacionados aos estabelecimentos públicos de ensino, como reformas na estrutura física, compra de equipamentos e material didático, contratação e nomeação de docentes, alterações na estrutura curricular ou mesmo na duração dos cursos, entre outros. Na maioria das vezes, se iniciam ressaltando as mazelas do ensino local e reclamando da falta de recursos, e terminam mostrando que apesar de todas as dificuldades ainda foram implementadas grandes realizações.

É recorrente nestes textos, as críticas à política de apadrinhamento dos professores, que são nomeados por indicação, sem muitas vezes possuírem as qualificações necessárias, e além disso da falta de compromisso dos professores e professoras com “o nobre sacerdócio do magistério”.

À IMPRENSA SERGIPANA E A REVISTA RENOVACÃO

As primeiras décadas da República são marcadas pelo início da modernização econômica e cultural brasileira, as cidades – principalmente as capitais – cons-

troem novos espaços de sociabilidade: teatros, cafés, cinemas, bailes populares, clubes recreativos entre outros. A imprensa, quer através dos jornais diários ou mesmo das revistas ilustradas e da imprensa especializada – cultural, científica, pedagógica, feminina, feminista – tem uma importante função na divulgação de novas possibilidades de ocupação dos espaços urbanos, por homens e mulheres, servindo de fonte preciosa para estudo deste processo.

Em Sergipe, encontramos algumas mulheres que atuam como colaboradoras de jornais desde o final do século XIX.¹⁶ Na campanha abolicionista, destaca-se a professora Etelvina Amália de Siqueira (1862-1935), na primeira década do século XX, a professora Ítala Silva de Oliveira (1897 – ano de falecimento desconhecido) colabora regularmente no *Jornal Diário da Manhã* e no *Almanack de Sergipe*, escrevendo diversos artigos: em defesa da educação feminina, da escolarização dos operários, em prol da Liga Sergipense contra o Analfabetismo, denunciando aspectos da instrução pública de Sergipe.

Nas revistas sergipanas publicadas neste período, a presença feminina é mais restrita, com exceção da *Revista Renovação*. Esta publicação circulou entre 1931 e 1934, era uma publicação cultural-literária dirigida pela Dra. Maria Rita Soares de Andrade, advogada e professora de Literatura Brasileira e Línguas Latinas do Colégio Atheneu. De acordo com o seu primeiro editorial a referida publicação tinha como objetivos:

educar o povo para o culto ao talento e ao trabalho; instruir o povo no incentivo aos surtos de inteligência, às revelações de capacidades; convencer o povo de que escrever si é a mais bela das artes é, ainda a mais agradável e útil das distrações; de que a leitura enleia ao leitor e muito mais a quem se sabe lido por um grande público. (Andrade, 1931)¹⁷

Entre os seus principais colaboradores figuram escritoras e poetisas sergipanas e brasileiras, além de renomados autores sergipanos, seus editoriais geralmente defendiam a ampliação da participação das mulheres nos espaços públicos.

Foram localizados até o presente momento 40 números. O ciclo de vida da *Renovação* pode ser dividido em três fases distintas, tomando como base o critério da periodicidade: a primeira na qual a revista era quinzenal (de janeiro de 1931 a abril de 1932 - 27 números), a segunda quando era editada mensalmente (de maio a outubro de 1932 - 4 números) e a terceira quando ocorre o “ressurgimento” da revista, em 1934, com periodicidade mensal (janeiro a setembro de 1934 - 9 números). Em 1933, nenhum número foi publicado.

¹⁶ Sobre a atuação feminina na imprensa sergipana consultar Freitas (2002). Sobre a atuação de escritoras e jornalistas na imprensa brasileira, e sobre a visibilidade feminina nos periódicos, verificar, entre outros: Telles (1997), Buitoni (1986); Siqueira (1995); Almeida (1998); Bernardes (1988).

¹⁷ Andrade, Maria Rita S. Apresentando. *Renovação*. Aracaju: Ano I, n.1. janeiro de 1931.

A participação feminina ocorria através da publicação de poemas, cartas e pequenas crônicas e em geral ocupava 40% de cada número. As ações de benemerência, os espetáculos e os concursos literários promovidos pela própria Revista ou pela Escola Normal, também permitiam a visibilidade dos talentos femininos. As colaborações em sua maioria são assinadas, em alguns casos foram identificados pseudônimos usados pelos autores e autoras, e também há casos de utilização das letras iniciais do nome e sobrenome.

As páginas de Renovação também serviam para divulgar os manifestos, as atividades e os boletins da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), e da União Universitária Feminina (UUF). A FBPF foi criada em 1929 no Rio de Janeiro e durante muitos anos teve como presidente Bertha Lutz, entre outros objetivos lutou pela ampliação da participação política das mulheres, como o acesso ao voto e à elegibilidade. A UUF fundada por Carmem Portinho, em 1930 também no Rio de Janeiro, tinha como principal meta o apoio, através de chás e reuniões, às alunas universitárias e as recém-formadas nos cursos superiores, com empenho para colocação no mercado de trabalho.¹⁸

Em diversos momentos estas duas agremiações juntavam seus esforços e suas filiadas em atividades e campanhas comuns, como: congressos, seminários, representação em eventos internacionais, o censo eleitoral feminino, entre outras. Em Sergipe, a Dra. Cesartina Régis e a Dra. Maria Rita Soares de Andrade¹⁹ representavam as duas associações.

O exemplar de Renovação mais extenso foi dedicado ao II Congresso Feminista, sob a direção da FBPF, realizado no Rio de Janeiro em 1931 (n.12, 15 de junho de 1931). As fotos, o programa do evento, e as principais teses discutidas ganharam destaque nas páginas da Revista. Os últimos números da Revista (a partir do número 33) apresentam a seção “A arte de ser mulher” onde são tratadas questões de economia doméstica e são divulgadas receitas culinárias enviadas pelas leitoras. Nesta seção é lançado também o “Concurso de arte e economia doméstica”, onde as concorrentes deveriam preencher um cupom (data, assinatura e pseudônimo) e enviar para a redação da publicação respondendo a questão: “Como sonha o seu futuro lar?”

Mesmo com seções especiais para as leitoras, Renovação não pode ser caracterizada estritamente como uma publicação feminina ou mesmo feminista, segundo a própria diretora a publicação é “magazin literário”. O espaço dedicado aos poetas, cronistas, romancistas, críticos literários e imortais da Academia Sergipana de Letras é amplo. No entanto, a seleção das colaborações efetuada por Maria Rita Soares de Andrade é rigorosa no tocante às representações veiculadas, uma pequena nota registra a recusa de um texto de um escritor e explica: “a outra produção

¹⁸ Maiores informações sobre a FBPF, consultar Schumacher (2000, p. 106-112 e 217-226); Sohiet (1997, p. 99-124) Sobre a UUF, verificar Portinho (1999, p. 40-49) e Schumacher (2000, p.135-137).

¹⁹ Sobre a Dra. Cesartina Régis e maiores detalhes sobre a trajetória da Dra. Maria Rita S. de Andrade consultar Pina (1994).

enviada por P. W. para a Revista não será publicada por ele ter sido irreverente com a mulher (...) Renovação nasceu da mulher, para a mulher e pela mulher” (maio de 1934, n.36).

Renovação funciona como veículo de divulgação literária do Estado, aspecto comprovado pelas cartas dos leitores enviadas de vários estados do Brasil, como registro dos eventos sócio-culturais locais e como mecanismo de visibilidade de algumas mulheres e suas lutas.

As expectativas em relação ao “novo regime” implantado a partir da Revolução de 30, a memória cultuada do movimento tenentista (com matérias ilustradas com muitas fotos), assim como a presença dos heróis locais deste movimento, especialmente do Interventor Major Augusto Maynard Gomes, permeiam diversos números de Renovação.

Maria Rita Soares de Andrade ressalta nos editoriais, as esperanças que o “novo regime” se preocupe com a educação do povo e garanta maior participação feminina. Em alguns momentos, as páginas de Renovação parecem reeditar o “otimismo pedagógico” e o “entusiasmo pela educação” (Nagle, 1997), conclamando todos a se engajarem em campanhas educativas e construindo expectativas de mudanças políticas através do processo educativo.

Segundo Borges (1998, p.160) na década de 30, a “história política brasileira foi marcada por forte instabilidade e vivo debate”, e também por rupturas representadas pela Revolução de 30 e pela decretação do Estado Novo (1937). No entanto, as questões e os problemas estruturais,

aparecem ainda como os mesmos e por vezes as mesmas soluções são apresentadas que de certa forma também propiciaria uma visão de continuidade: a questão da República, do fim do liberalismo, que aos poucos se transmuta na questão da democracia-não-democracia, da ditadura militar e do desprestígio da política, a questão nacional, a questão da federação, do regionalismo, a industrialização, a reforma agrária, a busca de um caráter (depois da identidade nacional). Todas essas questões e problemas nos anos 30, parecem se agrupar em, torno da idéia de uma ruptura revolucionária. (Borges, 1998, p. 160)

Ao analisar a Revista Renovação é possível perceber como as questões sociais e culturais são marcadas pelas tentativas de ruptura e continuidade engendradas no início da década de 30. No tocante à educação feminina, a luta por maior participação política e social, a ampliação da escolaridade e garantia de profissionalização das mulheres ainda é construída a partir dos papéis tradicionalmente impostos: de esposa, mãe e dona de casa exemplar.

ASPECTOS DAS TRAJETÓRIAS DE DUAS SERGIPANAS: QUINTINA DINIZ DE OLIVEIRA RIBEIRO (1878-1942) E MARIA RITA SOARES DE ANDRADE (1904-1998)

Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro nasceu em Laranjeiras a 18 de junho de 1878. Filha do Dr. Victor Diniz Gonçalves e D. Maria Petrina de Oliveira Gonçal-

ves. Iniciou sua escolarização no Colégio Inglês, e depois foi aluna do Colégio N. S. Sant'Anna, dirigido pela renomada professora Possidônia de Santa Cruz de Bragança, em Laranjeiras. Em 1899, foi convidada pela diretora do Colégio Sant'Anna para assumir a direção da escola, onde já exercia o magistério. Com a sua mudança para Aracaju, no início do século XX, o Colégio passou a funcionar com internato e externato, à rua de Maroim, 224, a partir de 1906.

Foi nomeada professora catedrática de Pedagogia e Psicologia da Escola Normal, em 1911,²⁰ onde exerceu o magistério até o final da década de 30. Formou gerações de normalistas, e apesar de não ter tido filhos “foi mãe intelectual de milhares de jovens a quem educou, além das sobrinhas, filhas de irmãos falecidos, a quem ela substituiu tanto na subsistência como na educação e no amor” (Pina, 1994, p. 211).

Quintina Diniz participou ativamente ao lado de Etelvina Amália de Siqueira do Congresso dos Professores Primários realizado pela Diretoria da Instrução Pública, em 1925; ambas eram membros do Comitê Organizador, ao lado de Maria Amelia Fontes, Sirena do Prado e Silva, Manoel José dos Santos Mello, Arthur Fortes, Helvécio de Andrade, Edgar Coelho, José de Alencar Cardoso e Abdias Bezerra. Foram discutidas neste evento mais de cinquenta teses apresentadas pelos professores sobre a educação primária.²¹

Além de professora e poetisa (lírica e religiosa), foi a primeira e única mulher a ser eleita como Deputada para a Assembléia Estadual Constituinte. Em 1934, seu nome foi lançado pela Sociedade Brasileira pelo Progresso Feminino e pela União Universitária Feminina, representadas em Sergipe, pela D. Maria Rita Soares de Andrade e Cesartina Régis.

O Manifesto lançado na imprensa sergipana em prol da candidatura de Quintina apresenta de certa forma apresentava um pouco da plataforma de luta das associações femininas a que estavam vinculadas (FBPF e UUF) mas também, conclamava as mulheres sergipanas a defenderem o seu voto de forma autônoma, e convidava os eleitores homens a votar com as mulheres. Alguns trechos do manifesto, merecem ser ressaltados:

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a União Universitária Feminina, orientadas pelos espíritos superiores das Drs. Bertha Lutz, Carmem Portinho e Maria Luiza Bittencourt, com sede no Rio de Janeiro, e irradiação em todo o território nacional, que não fazem política partidária nem defendem interesses pessoais, animadas pelo ideal superior de assegurar à mulher posição definida na sociedade, com responsabilidades próprias e capacidade integral de assumi-las, por uma educação moral, intelectual e doméstica conforme as necessidades gerais e a evolução social hodiernas, tendo de sustentar os seus princípios na próxima Constituição Estadual e precisando, para fazê-lo eficientemente de uma representante no seio dessa Assembléia, vêm

²⁰ Cf. Freire (1981, p. 269)

²¹ Cf. Diário Oficial, Aracaju, 1º de setembro de 1925. pp. 5824-5825.

concentrar todo o eleitorado feminino do Estado e todos aqueles eleitores que não julgam que o voto da mulher foi consignado em lei só para aumentar o quociente eleitoral dos homens, a sagrar nas urnas o nome da única mulher candidata - a Professora Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro. Fazendo-o, por suas delegadas sub-firmadas, não podem deixar essas Associações de lembrar às eleitoras conterrâneas que devem colocar acima de qualquer interesse, de toda conveniência pessoal, familiar ou partidária, os interesses superiores da mulher, que são os do Brasil - as reivindicações morais e jurídicas humanas, sem distinção de sexo, nem de classes, na defesa intransigente da sua legenda: Deus, Pátria e Família. (publicado no Correio de Aracaju, em 13/10/1934, apud Pina, 1994, p. 213-214)

Após a eleição e a vitória de Quintina Diniz, Maria Rita e Cesartina promovem um “grande banquete” (jantar de adesões) em homenagem à ilustre deputada, em nome da União Universitária Feminina e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fato noticiado na imprensa sergipana.²²

Em Sergipe o resultado das eleições de 1934, com a eleição de Eronides Ferreira de Carvalho e a união entre dois grupos conservadores fortes como a União Republicana e o Partido Social Democrático, representaram o retorno dos “senhores do açúcar, especialmente dos usineiros”, à centralidade do poder. A oposição local às prisões e repressões realizadas pelo novo Governador, seguindo o “padrão” de Getúlio Vargas,²³ e os movimentos nacionais como a Intentona Comunista, marcaram com grande instabilidade a metade da década de 30 em Sergipe.

Uma publicação denominada “Sergipe Unido” (1935), traz em uma de suas páginas uma foto de Quintina Diniz, cumprimentando-a pelo sucesso na eleição, elogiando o seu papel como “preceptora” da Escola Normal e diretora do Colégio Sant’Anna, e comenta alguns aspectos da sua biografia:

... D. Quintina que pertence às tradicionais famílias Oliveira Ribeiro e Diniz Gonçalves, conhecidas em todo Brasil pela fama de inteligência e honradez, terá por certo, na Assembléa, a mesma atuação ainda lembrada dos seus parentes que por ali passaram dando os exemplos mais cabais de talento e lealdade, a par do desassombro invulgar na defesa de suas ideias e do seu partido. Oliveira Ribeiro, Heraclito Diniz e Homero de Oliveira, nomes jamais esquecidos em Sergipe (...) Sergipe prestou assim homenagem à mulher brasileira elegendo D. Quintina sua representante na Assembléa Constituinte onde ela irá fulgurar pela sua inteligência e se impor pela força moral respeitável de um nome aureolado.²⁴

²² Correio de Aracaju, 11/12/1934 (apud, Pina, 1994, p. 212)

²³ Cf. Figueiredo (1989, p. 368) entre outras arbitrariedades cometidas por Getúlio Vargas em 1935, ele manda fechar de acordo com o Decreto de 19/7/1935, por seis meses os núcleos, sedes ou escritórios da União Universitária Feminina em todo Brasil, considerando que esta sociedade “tem exercido atividade subversiva de ordem política e social.”

²⁴ Artigo publicado sem autoria na p.9, acompanhado por foto, no Sergipe Unido, segundo as informações conseguidas na página inicial da publicação: “Única edição organizada e posta em circulação em homenagem à concretização da vitória da oposição sergipana, no pleito de 14 de outubro de 1934, com a posse do Dr. Eronides Ferreira de

Quintina exerceu o mandato de deputada constituinte, participando da elaboração da Constituição Estadual. Em 1941 se aposentou da Escola Normal e fechou o Colégio Sant'Anna, vindo a falecer em Aracaju, em 22 de julho de 1942. Em 1951, seu nome foi dado a uma escola pública municipal, localizada no Bairro Siqueira Campos.²⁵

O Colégio Sant'Anna foi, pelas evidências encontradas, uma “empresa familiar”, onde além da mãe e da irmã, atuaram também as sobrinhas e primas de Quintina, curiosamente após a morte dela ninguém se interessou em continuar o trabalho. Provavelmente, porque os internatos na década de 40, vão perdendo clientela, e mesmo com a expansão da rede escolar pública e gratuita, em Aracaju, e também no interior do Estado, muitos estabelecimentos de ensino particular passam por dificuldades financeiras para se manter.

Maria Rita Soares de Andrade, além dos aspectos já comentados, nasceu em Aracaju, filha de José Soares de Andrade e Filomena Soares de Andrade. Fez o curso primário no Grupo Escolar “General Siqueira de Menezes” e o curso secundário no Colégio Atheneu Sergipense.

Desde 1923 atuou como advogada provisionada em Aracaju e se diplomou em Direito em 1926, na Faculdade de Direito da Bahia. No Atheneu, apesar de ter sido aprovada em concurso em 1929 para a cadeira de Literatura Brasileira com a tese: “A mulher na literatura”, tomou posse apenas em 1931. Além de editar *Renovação*, atuou como colaboradora do “Sergipe-Jornal” e publicou artigos no jornal “A Ordem”. Em 1934, logo após a eleição foi ilegalmente demitida do Colégio Atheneu e do cargo de consultora jurídica da Empresa de Tração Elétrica; para ser readmitida nos dois postos precisou entrar na Justiça contra o Estado e a citada empresa.

Em 1938, mudou-se para o Rio de Janeiro, foi Professora de Literatura do Colégio Pedro II e da Universidade do Brasil. Abriu um escritório de advocacia juntamente com a Dra. Maria Luiza Bittencourt e Maria Alexandrina Ferreira Chaves. Foi redatora do *Jornal do Brasil* no período de 1954 a 1963, publicando artigos com temas jurídicos e em defesa da ampliação da participação feminina na sociedade. Sua atuação na FBPF e na UUF, se intensificou com a mudança para o Rio, tendo participado em diversos eventos no Brasil e no exterior como representante destas associações.

Foi nomeada em 1967 para o cargo de juíza federal do Estado da Guanabara, sendo portanto a primeira mulher a exercer esta função. Foi também a pioneira como membro da Ordem dos Advogados do Brasil e por delegação desta a primeira advogada a participar do Conselho Federal da Ordem dos Advogados. Em 1973, participou da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava a discriminação

Carvalho na Presidência Constitucional do Estado, em abril de 1935”. Dedicado ao “exmo. Sr. Capitão Eronides de Carvalho. Homenagem de um grupo de admiradores.”

²⁵ Cf. Graça; Souza (2000, p. 64-66)

existente contra a mulher no Brasil, reclamou uma maior participação feminina nos postos de prestígio da política brasileira, denunciando o Itamarati, que na época não permitia que a mulher atingisse o ápice da carreira diplomática.

Sobre Maria Rita Soares de Andrade, pesaram além do “destino de gênero”, de quem deveria restringir-se ao espaço doméstico e aos papéis tradicionais ocupados pelas mulheres historicamente, como esposa dedicada e mãe exemplar, os estereótipos contra as feministas, que exigiam direitos e reclamavam respeito porque, entre outros adjetivos, eram “mal-amadas e pouco dotadas de beleza”. Ariosvaldo Figueiredo (1961), dedicou um capítulo, do seu livro à “Líder feminista”:

A advogada, entrada nos anos, deitou falação nos jornais. Líder feminista e, por isso mesmo, talvez pouco feminina, lançou sua catilinária contra os homens e as leis desta nossa caluniada República. Reformemos o quanto antes – disse – a nossa legislação, pois as mulheres precisam ter mais direitos. (...) Sabe muito bem, a ilustre advogada, aparente inimiga dos homens, que seu feminismo teórico é um mero passatempo sem sentido. E sabe porque, por experiência ou intuição compreende e sente, como todas, que a mulher odeia tanto um direito quando se sente feliz no cumprimento do dever; não tolera comandar quando experimenta a ventura de ser comandada; não pensa em leis, quando é compreendida e vive, sorridente, a compreender; não troca o supremo prazer de ser dominada pela simples vaidade de ser dominadora. Ora. Ilustre líder feminista, em vez de tanto barulho, por que você não enche de amor seu vazio e queixoso coração? (Figueiredo, 1961, p. 51-52)

Apesar de diversas vezes homenageada no Rio de Janeiro, pelas instituições jurídicas por onde atuou, em Aracaju, a advogada, professora e jornalista Maria Rita, foi muito pouco reconhecida. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1998.

Ao apontar aspectos das trajetórias de Quintina Diniz e Maria Rita, pode-se observar como duas mulheres ocuparam espaços destinados preferencialmente aos homens, naquele período, e como a memória em torno delas foi construída para além do seu próprio tempo, a veneranda professora e a irrequieta feminista, se utilizam de diferentes estratégias para “subverter as fronteiras”, este é um processo complexo como indica Perrot (1998):

... existem muitos meios, diretos ou não, de ser uma mulher pública, com a condição de dar a essa expressão certa extensão. Ser reconhecida como tal revela-se mais difícil e sempre suspeito. Certos limites se deslocam mais do que outros. Certas zonas resistem mais do que outras. Ao longo dessas fronteiras móveis, as relações entre os homens e as mulheres modificam-se, como as figuras de um interminável balé. (Perrot, 1998, p. 11)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jane Soares de. Imagens de mulher: imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 191., jan./abr. p. 31-41, 1998.
- ANDRADE, Maria Rita Soares de. *A mulher na literatura*. Aracaju: Casa Ávila, 1929.
- BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem ?*: Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: T.A Queiroz, 1988.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e políticas: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 159-182.
- BUITONI, Duclécia Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.
- CABRAL, Mario. *Roteiro de Aracaju*. Aracaju: Livraria Regina, 1955.
- CALAZANS, José. O ensino público em Aracaju 1830-1871. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 15, n. 20, p. 96-120, 1949/1951.
- CAMPOS, Maria Christina S. de Souza A formação dos professores no Brasil: do Império à Primeira República. *Cadernos CERU*, São Paulo, série 2, n. 3, p. 89-112, 1991.
- DANTAS, José Ibarê Costa. *O tenentismo em Sergipe*. 2. ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999.
- FERRO, Maria do Amparo Borges. *Educação e sociedade no Brasil Republicano*. Teresina: s.ed., 1996.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *A vida é que conta*. Aracaju: Livraria Regina, 1961.
- _____. *História política de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.
- FREIRE, Ofenísia Soares. Homenagem a Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro. *Revista da Academia Sergipana de Letras*, Aracaju, n. 28, p. 265-274, set. 1981.
- _____. Etelvina Amália de Siqueira. Pioneira das intelectuais sergipanas. *Caderno de Cultura do Estudante*, Aracaju, v. 5, n. 5, p. 29-41, 1988.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. "Vestidas de azul e branco": um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério.(1920-1950). Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, UNICAMP.
- _____. Mulheres sergipanas e a imprensa: primeiras aproximações. *Revista de Aracaju*, Aracaju, v. 59, n. 9, p. 157-168, 2002.
- GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da; SOUZA, Josefa Eliana. *Catálogo das Escolas Municipais de Aracaju*. Aracaju: SERCORE, 2000.
- LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Imagens do masculino e do feminino: co-educação e profissão docente no Piauí (1874-1910). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.) *Pesquisa em História da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte: HG Edições, 1999. p. 95-110.
- LOPES, Silvana Fernandes. *A formação feminina na sociedade brasileira do século XIX*: um exame dos "modelos" veiculados pela literatura de ficção. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, UNICAMP.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris et al. *O Brasil Republicano*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Vol. 2: sociedades e instituições (1889-1930). p.261-291.
- NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe/Universidade Federal de Sergipe, 1984.

- PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PINA, Maria Lígia Madureira. *A mulher na História*. Aracaju: s.ed., 1994.
- PORTINHO, Carmem. *Por toda minha vida: depoimento a Geraldo Edson de Andrade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.
- REVISTA RENOVACÃO. Aracaju, v. 1, n. 40, 1931-1934.
- RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence em Campinas, 1863-1889*. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1996.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1982.
- SERGIPE UNIDO. Aracaju, 1935.
- SIQUEIRA, Elizabeth Angélica S. et al. *Um discurso feminino possível: pioneiras da imprensa em Pernambuco (1830-1910)*. Recife: Universitária da UFPE, 1995.
- SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SOIHET, Rachel. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, p. 99-124, jan./dez. 1996.
- _____. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 97-117, set./dez. 2000.
- VILAS-BÔAS, Ester Fraga. *Origens da educação protestante em Sergipe (1884-1913)*. São Cristóvão, 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe.
- VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-134.

Jornais Citados

Correio de Aracaju

Correio de Aracaju, *Aracaju*, 3 set. 1908, v. 3, n. 187, p. 2, col. 5.

Diário Oficial:

Diário Oficial, Aracaju, 1 set. 1925.

Gazeta de Sergipe

Gazeta de Sergipe, Aracaju, 1 jan. 1890, v. 1, n. 1, p. 4, col. 1.

Gazeta de Sergipe, Aracaju, 2 fev. 1890, v. 1, n. 27, p. 3, col. 5.

Gazeta de Sergipe, Aracaju, 15 mar. 1890, v. 1, n. 62, p. 2, col. 3.

WOMEN FROM SERGIPE IN THE FIRST DECADES OF XX CENTURY: EDUCATION AND SOCIAL INSERTION

Abstract: *This study has as major goal to understand the significance of female education in Sergipe, in the first decades of XX century, through three major main movements: the analysis of possibilities of schooling; the study of the process of soci-*

al insertion and of public visibility conveyed by the press; and the interpretation of the pathways of some women, who were liberal professionals pioneerly. The challenge of a social-historical approach, for analyzing the problematic of female education, is taken in the perspective of seeking relationships between what appears in the speeches and official proposals, as well as by what is stated by the press, and by what was built by a privileged group of women from Sergipe.

Keywords: *female education, history of education, social insertion.*